Considerações Finais

Ao paradigma punitivo, consolidado pela racionalidade penal moderna, se apresenta a justiça restaurativa, como inovação na forma de conceber o crime e a resposta à sua prática. É, lembrando a obra pioneira de Howard Zehr, “um novo foco para o crime e a justiça”, a partir da mudança de “lentes” sobre o mesmo objeto que, nessa “virada de olhos”, assume novo espectro. Esse novo espectro corresponde a novas possibilidades?

Paradigma punitivo e paradigma restaurativo coexistem no plano filosófico-jurídico, a partir de construções desenvolvidas com base em experiências após a segunda guerra mundial. Buscando-se medidas e vias alternativas às soluções de conflitos, ao lado da velha forma de conceber e desenvolver o sistema de justiça penal, inauguram-se práticas restaurativas, a partir de iniciativas de países anglo-saxônicos diversionistas do sistema tradicional, que se expandem e pretendem penetrar nesse sistema em vias de sua transformação, através de “programas de justiça restaurativos”.

A par da diversidade de práticas restaurativas, desenvolvidas de modo variado e adaptado ao contexto de cada país, tendências maximalista e minimalista, na forma de concepção da justiça restaurativa e de aplicação de seus programas, revelam possibilidades de relações diferenciadas com o sistema de justiça penal tradicional. Por um lado, correntes de pensamento defensoras da justiça restaurativa pretendem o desenvolvimento de programas no seio do sistema de justiça penal, da forma mais ampla possível (abrangendo mediação, conferências e círculos restaurativos e de determinação de pena, além de sanções de caráter restaurativo, como a reparação e trabalhos de interesse geral), como percurso à suplantação do paradigma punitivo pelo restaurativo. Outros partidários pretendem a preservação da visão diversionista originária de justiça restaurativa, fora do sistema de justiça formal.

Desse modo, a justiça restaurativa, em suas relações com o sistema de justiça penal, estimula a reflexão sobre a possibilidade de inserção de práticas no seio do sistema sem que sejam desvirtuadas pelo paradigma punitivo ainda

dominante. Mais ainda, tem como proposta a utopia de ultrapassagem do paradigma punitivo a partir da via relacional, comunicativa, participativa e consensual sustentada pela filosofia reconstrutiva (de não-reificação dos sujeitos e reconhecimento intersubjetivo) e operacionalizada pelo processo restaurativo.

O processo restaurativo, participativo e voluntário, consubstancia a máxima expressão da justiça restaurativa, pela devolução às partes afetadas pelo crime (vítima, autor e comunidade) da gestão de suas conseqüências, segundo a noção polissêmica de crime e a finalidade de restauração dos laços sociais rompidos pela quebra da “justa distância” entre os sujeitos e a negação do reconhecimento decorrentes de sua prática.

Pela filosofia reconstrutiva, compreendem-se os sujeitos como constituídos pela intersubjetividade e capazes de respeito e solidariedade, cuja manifestação (realização) está intimamente relacionada ao ambiente favorecedor. As idéias de primado do reconhecimento e das esferas de reconhecimento são trazidas ao direito como afirmação da importância da restauração dos vínculos sociais – a partir da noção de que o crime priva os sujeitos de respeito e estima. Daí que o paradigma punitivo, centrado na pena aflictiva, enquanto “mal” necessário, segregador e atomista (secundariedade da vítima e dos laços sociais), não aponta para a solução do conflito: não restaura nem vítima, nem autor, nem comunidade.

A justiça restaurativa, ao revés, opera com mecanismos relacionais e integradores, de reparação, restituição e participação, e com a rejeição às idéias de homem naturalmente mau ou dotado de pulsão de morte inata e imodificável, de oposição entre natureza e cultura, razão e afeto – que sustentariam a idéia de severidade máxima estatal como algo necessário.

Com isto não se pretende a defesa de uma perspectiva abolicionista ou negadora do direito de punir do Estado. O exercício do poder punitivo deve ser reservado às hipóteses de inviabilidade de um processo restaurativo e se desenvolver com a incorporação de sanções de natureza restaurativa, tanto quanto possível, com a prisão como *ultima ratio*. A reforçar nosso entendimento, lembramos que o próprio pioneiro sobre o tema, Howard Zehr, deixou claro que a justiça restaurativa não é uma “panacéia” e não pretende a supressão da pena de prisão, necessária em certos casos. No mesmo sentido, como vimos, a Resolução nº 2002/12, do ECOSOC da ONU, ao tratar dos princípios básicos para a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal,

expressamente prevê a complementaridade entre o sistema de justiça penal e a justiça restaurativa – com a adoção de medidas flexíveis (restaurativas) pelo primeiro – e que esta “não prejudica o direito do Estado de processar os ofensores”. Processo este que viabiliza não só a aplicação de pena privativa de liberdade mas também de sanções com dimensão restaurativa.

Desse modo, a coexistência das lógicas punitiva e restaurativa conduz a uma reformulação nas relações entre Estado e sociedade civil – de maior integração e participação – e do próprio papel do Estado. De um lado, no sentido da assunção de uma perspectiva minimalista no âmbito penal e de aproveitamento de espaços normativos (e abertura de novos espaços) à inserção de práticas restaurativas; de outro, da função de promoção e garantia dos direitos sociais (especialmente à educação, saúde, moradia, trabalho e proteção à infância), de forma efetiva, indispensáveis à constituição de um ambiente favorecedor do reconhecimento intersubjetivo.

Em fase de experimentação na realidade brasileira, a justiça restaurativa – apesar dos diversos questionamentos resultantes da ausência de consenso em torno de suas práticas e formulações teóricas – apresenta-se como um caminho para a reforma do sistema de justiça penal, com a utopia do predomínio da filosofia reconstrutiva sobre o paradigma punitivo na orientação das ações estatais. Embora filosoficamente viável, sua efetividade está condicionada ao adequado planejamento e processo de implementação, bem como à avaliação contínua de suas práticas, de acordo com as peculiaridades contextuais.

Os questionamentos sobre as potencialidades deste novo paradigma, quando suas práticas são postas em presença com o sistema de justiça penal formal, giram em torno das conseqüências na dinâmica de acomodação entre os dois paradigmas (punitivo e restaurativo), no sentido da transformação ou deformação das práticas restaurativas ou da transformação do sistema de justiça penal (notadamente punitivo) a partir de seu redimensionamento.

No processo de institucionalização das práticas restaurativas, dentre os diferentes modos de interação entre as lógicas punitiva e restaurativa, deve-se buscar aquele que privilegie a perspectiva do Estado Democrático de Direito, marcado pelos princípios da igualdade, participação, solidariedade e paz social, e considera os limites de cada uma destas abordagens, assegurando a coexistência entre as funções de proteção suficiente (segurança) e garantia dos direitos

fundamentais. O que, a nosso ver, aponta para o caminho da reserva mínima ao modelo punitivo e orientação política por uma filosofia reconstrutiva, numa perspectiva de complementaridade e integração entre práticas restaurativas e sistema de justiça penal.